

Sobre mineração, sustentabilidade e alquimia: algumas reflexões sobre os paradoxos da *mineração sustentável*

ON MINING, SUSTAINABILITY AND ALCHEMY: SOME REFLECTIONS ABOUT THE PARADOXES OF SUSTAINABLE MINING

Resumo:

A noção de *desenvolvimento sustentável* (DS), longe de ser unívoca e ter um significado consensual, alude a campos conceituais e políticos diversos que recobrem representações múltiplas, as quais variam segundo os atores, as estratégias e as perspectivas em jogo. No início dos anos 2000, um conjunto de empresas transnacionais, que atua no setor de mineração, incorpora – sem aparente paradoxo – o *desenvolvimento sustentável* como um “marco de referência útil para guiar o setor mineral”. Argumentamos, neste artigo, que a paradoxal junção da mineração em grande escala com o DS é possível graças a um deslocamento discursivo e simbólico, que chamaremos de *alquimia narrativa*, dos princípios ecológicos contidos na noção de DS, de forma a apagar a responsabilidade das empresas perante a insustentabilidade inerente à atividade extrativa mineral. Tal afirmação baseia-se na análise de “iniciativas” sociais e ambientais publicizadas nas páginas institucionais na internet por algumas das principais empresas de mineração atuantes no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; mineração, responsabilidade social

Abstract:

The notion of *sustainable development* (SD), far from being univocal and having a consensual meaning, alludes to diverse conceptual and political social fields that cover multiple representations, and varies according to actors, strategies and perspectives. In the early 2000s, a set of transnational companies operating in the mining sector incorporated – without apparent paradox – the sustainable development discourse as a “useful benchmark to guide the mineral sector”. In this paper, we argue that the paradoxical junction of large-scale mining with SD is possible due to a discursive and symbolic displacement, which we will call a *narrative alchemy*, of the ecological principles contained in the notion of SD, in order to erase corporate responsibility related to the inherent unsustainability of mineral extractive activity. This statement is based on the analysis of social and environmental “initiatives” published on the institutional websites of some of the leading mining companies operating in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: sustainable development, mining, corporate social responsibility, Rio de Janeiro.

Gabriela Scotto

Formação acadêmica: Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / UFRJ

Filiação institucional: Professora Adjunta de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais (COC/UFF). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR/UFF), Campos dos Goytacazes, RJ
E-mail: gabriela.scotto@gmail.com

Introdução

No início da década de 2000, um conjunto de grandes empresas transnacionais que atua no setor de mineração, reunidas no Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), incorpora o *Desenvolvimento Sustentável* (DS) como um “marco de referência útil para guiar o setor mineral” (IIED e WBCSD, 2002, p.1).¹ Não deixa de surpreender que um setor econômico baseado na exploração de um recurso natural finito, como o minério, e que frequentemente é acusado pela “insustentabilidade” ambiental e social das suas práticas, adote para si – sem aparente paradoxo – o DS como marco público, norteador das suas práticas. Como é possível esperar que empresas, tais como, a Vale, a Anglo American ou a Rio Tinto contribuam diretamente, conforme se declara no *Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração* (MME e PNUD, 2017), para o desenvolvimento sustentável do planeta? Como interpretar as palavras do secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia brasileiro, Vicente Lôbo Cruz, quando declara:

Entendemos que a mineração pode contribuir diretamente com o desenvolvimento sustentável, e é preciso que tenhamos muita responsabilidade, com envolvimento dos diversos setores da

sociedade envolvidos nas operações e com políticas claras de gestão. Por isso, a política mineral brasileira deve ser pautada na sustentabilidade.

(PNUD-Imprensa, 23 de agosto de 2017)

Argumentamos, neste artigo, que a paradoxal junção da mineração em grande escala com o DS é possível graças a um deslocamento discursivo e simbólico dos princípios ecológicos contidos na noção de DS, de forma a apagar a responsabilidade das empresas perante a insustentabilidade inerente a toda atividade extrativa mineral. O DS, como “marco orientador” das empresas globais de megamineração, não mais diz respeito à garantia de um mundo com minérios para as gerações futuras, mas aponta para um conjunto de ações e práticas sociais e ambientais externas à atividade fim das empresas.

Em artigo anterior (SCOTTO, 2016), apresentamos uma reconstrução histórica do processo de consolidação, em termos globais, do *DS e da Mineração Responsável* como um modelo de ação para as grandes empresas transnacionais do setor mineral. Esse modelo de ação recomenda a implementação (tanto em termos globais como, fundamentalmente, locais) de uma variedade de “políticas e programas que abordem aspectos da

agenda do desenvolvimento sustentável" como meio para pôr a agenda em prática (IIED e WBCSD, 2002, p.156). Pautadas na agenda global do DS, as empresas mineradoras produzem fortíssimas intervenções locais na cultura e na vida cotidiana das "comunidades" onde estão presentes. Assim, tanto no Brasil como em outros países onde há atividades de mineração, não é difícil observar a presença, atuante e visível, das grandes empresas mineradoras na vida cotidiana das populações locais ("comunidades") onde atuam, "promovendo o desenvolvimento sustentável" por meio de programas de capacitação, do apoio a projetos sociais e projetos de educação ambiental, de patrocínios culturais, de estágios para jovens, de parcerias com as prefeituras, ONGs e Universidades, etc.

A fim de avançar nessa direção, este artigo se propõe a discutir o que denominarei aqui como *alquimia narrativa* do DS no campo da mineração. Para isso, se analisam alguns exemplos das "iniciativas" e projetos sociais e ambientais publicizados nas páginas institucionais na internet - sob os ró-

tulos DS e/ou "sustentabilidade" - por algumas das principais empresas de mineração atuantes no estado do Rio de Janeiro (RJ). Com o uso da metáfora, *alquimia narrativa*, pretende-se apontar para os processos e dispositivos comunicacionais, simbólicos e discursivos mediante os quais se aproximam aspectos antagônicos e conflitantes, tais como, os impactos ambientais e sociais inerentes ao extrativismo mineral, e os pressupostos ecológicos e ambientais contidos na noção de *desenvolvimento sustentável*. Após essa transformação "mágica", as ações "ambientais" das empresas de mineração nada têm a ver com a finitude dos recursos naturais nem com os danos ambientais decorrentes da atividade mineradora. As preocupações das mineradoras com o "cuidado da natureza", com a "sustentabilidade do planeta" e com as gerações futuras se traduzem em ações de conservação e preservação da natureza, atividades de educação ambiental, e projetos sociais que não têm relação direta com a (in)sustentabilidade da mineração.

Desenvolvimento sustentável: um delicado equilíbrio entre economia e ecologia, entre presente e futuro

A noção de DS, longe de ser unívoca e ter um significado consensuado, alude a campos conceituais e políticos diversos que recobrem representações múltiplas, as quais variam dependendo dos atores, das estratégias e das perspectivas em jogo. Como já analisamos em outra ocasião (SCOTTO et al, 2007), no seu início, a definição de DS da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que se torna célebre nos anos 1990, é a de um "desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas". Na sua definição original, o DS leva em consideração a relação entre economia e ecologia. Isso significa que qualquer atividade industrial baseada na exploração de recursos naturais não renováveis será, como consequência, "insustentável". A *finitude* do bem natural explorado põe em risco sua existência no *futuro* e, por conseguinte, a capacidade das gerações vindouras para atenderem às suas "necessidades". Sendo assim, como já foi mencionado, não há como não observar o paradoxo que significa definir como sustentável uma atividade como a mineração, baseada na extração de bens da natureza limitados e não renováveis.

Contudo, no caso da sua apropriação discursiva por grandes empresas de mineração, principalmente as de atuação global, o DS é concebido de forma um tanto imprecisa e genérica como "um marco de referência útil para guiar o setor mineral". Marco referencial que, como é possível observar na citação abaixo, articula discursivamente a atividade econômica da mineração (baseada na exploração de recursos naturais não renováveis), a preservação ambiental, as preocupações sociais (sob a forma de "responsabilidade social") e os chamados "sistemas de governança":

Um dos maiores desafios hoje é integrar a atividade econômica com a integridade ambiental, com preocupações sociais e com sistemas de governança efetivos. O objetivo dessa integração pode ser chamado de "desenvolvimento sustentável".

No contexto do setor mineral, o objetivo deveria ser maximizar a

contribuição para o bem-estar da geração atual, de forma a garantir uma distribuição equitativa dos custos e benefícios, sem reduzir o potencial para que as gerações futuras possam satisfazer suas necessidades. (IIED e WBCSD, 2002, p.4)

Concordo com Whitmore (2006) quando afirma que a "retórica da mineração sustentável" é uma velha roupagem para velhas práticas, mas que, no entanto, chegou para ficar (op.cit., p.309). Sendo assim, cabe se perguntar por que *alquimia* foi possível ocultar a dimensão ecológica inerente ao conceito de DS, de forma que a contradição embutida na proposta de uma *mineração sustentável* se apague ou, no mínimo, fique encoberta. E mais ainda, como é possível que as empresas de mineração consigam "vender" tanto aos seus acionistas, como na bolsa de valores, uma imagem de serem peças fundamentais para o desenvolvimento sustentável, local e planetário?

No seu artigo Sustainable Mining, o antropólogo Stuart Kirsch parte de uma interrogação similar à minha (KIRSCH, 2009). Para ele, esse processo foi facilitado pela mudança de uma noção de sustentabilidade "forte" em uma "fraca":

The two competing notions of sustainability differ with respect to the relationship between natural capital and human or manufactured capital. Weak sustainability refers to the argument that natural capital and manufactured capital are interchangeable, and that sustainability is achieved when the total value of capital remains constant or increases.

According to this formula, a mine that pollute a river and causes extensive deforestation may be considered sustainable if the profits from the project are successfully converted into manufactured capital with an economic value that equals or exceeds the value of what has been consumed or destroyed in the process. From this perspective, a mine is considered sustainable as long as the "total stock" of capital remains the same or increase.

In contrast, the definition of strong sustainability acknowledges the interdependence of human economies and the environment without treating them as interchangeable.

(...) Strategic deployment of the term sustainability provides symbolic capital for a mining company whose practices are anything but environmentally sustainable. (KIRSCH, op.cit. p.91)

Coincido com a análise proposta por Kirsch, na medida em que ela nos permite entender postulados tais como explicados no trecho a seguir:

O processo do *Mining, Minerals and Sustainable Development* (MMSD) procurou criar uma imagem da aparência do setor mineral como se ele se propusesse maximizar sua contribuição com o desenvolvimento sustentável. De acordo com essa visão do futuro, a indústria mineral está integrada por toda a cadeia de valor e proporciona serviços minerais em lugar de produtos primários. (IIED e WBCSD, 2002, p.13 - sublinhado meu).²

Ou ainda neste outro:

Este Programa [MMSD] no se pregunta por la sustentabilidad de la industria, sino por cómo la industria puede contribuir al desarrollo sustentable de regiones y países mineros.

(IIED. Abriendo Brechas - América del Sur, 2002).

Podemos afirmar que a apropriação do conceito DS por parte das grandes empresas de mineração integrantes do ICMM se faz esvaziando os aspectos ambientais da sustentabilidade; ocultando a insustentabilidade de processos produtivos baseados na exploração de recursos naturais não renováveis ("produtos primários"); e deslocando o foco para a oferta de "serviços ambientais", em que se inclui um amplo conjunto de práticas (econômicas, sociais, culturais e ambientais) definidas como "sustentáveis".

Mas não apenas. Paralelamente ao esvaziamento ecológico da sustentabilidade, o DS, na perspectiva da megamineração, se estrutura como um campo que incorpora agentes sociais, práticas e dispositivos culturais, externos à própria atividade mineradora, tais como: "projetos sociais", "educação ambiental", "programas de reflorestamento de mudas", "parcerias" com prefeituras e ONGs, entre outros. Iniciativas todas que, na perspectiva das próprias empresas, ocorrem graças às contribuições da indústria da mineração para a sociedade e para o planeta.

O DS e a "responsabilidade social e ambiental" (RSE) das empresas de mineração atuantes no Rio de Janeiro

Sem pretensão de ser exaustiva, a seguir, se apresentam alguns exemplos extraídos das páginas institucionais na internet das principais empresas de mineração presentes no estado do Rio de Janeiro (RJ): Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usiminas; Ferrous Resources Brasil; Anglo American; e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Mediante suas páginas na internet, todas elas divulgam informações sobre suas operações no Brasil e no mundo; compartilham, também, uma apresentação dos seus "valores", assim como da "missão" da empresa. Nunca falta um setor de Notícias (ou "Sala de Imprensa"), periodicamente atualizado com *releases* divulgando as atividades da empresa;³ e o que nos interessa neste artigo: todas contam com uma seção (cujo nome varia, dependendo do caso: Desenvolvimento Sustentável, ou Sustentabilidades; ou Iniciativas...) destinada a apresentar as iniciativas e as ações sociais e ambientais da empresa: seu trabalho de "preservação do meio ambiente", de "educação ambiental", de "desenvolvimento local junto às comunidades", etc. Para o efeito deste trabalho, interessa destacar que as ações e as atividades que se publicizam nessa última sessão são diversas e heterogêneas, abarcando áreas diferenciadas (saúde, educação, meio ambiente, patrimônio, cultura, etc.). No entanto, observa-se que por trás dessa aparente heterogeneidade existem aspectos muito similares, que nos permitem afirmar que estamos frente a um campo discursivo e comunicacional extremamente homogêneo, no qual o *desenvolvimento sustentável* e/ou a *sustentabilidade* são conceitos sempre presentes, acionados para incluir, apresentar e divulgar as chamadas "práticas ou ações sociais e ambientais" da empresa.

Não cabem dúvidas de que as práticas sociais e ambientais das empresas de mineração no RJ, tais como recortadas e apresentadas nas suas páginas institucionais, podem ser lidas como a busca por uma "ética empresarial" (cf. BRONZ, 2011) que, para agregar valor, evoca o princípio jurídico de responsabilidade ante terceiros - compromisso de não dano

- ao mesmo tempo que postula a "natureza filantrópica" do empresariado sensível às necessidades e desejos da sociedade e das comunidades onde se apresentam as atividades da empresa. É neste contexto que devem ser situadas, por exemplo, as palavras da empresa Vale quando, no corrente ano de 2017, apresenta sua "Missão" com as seguintes palavras: "Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável". Ao que acrescenta sua "Visão" ("Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta"); e seus "Valores" (1- A vida em primeiro lugar; 2- Valorizar quem faz a nossa empresa; 3- Cuidar do nosso planeta; 4- Agir de forma correta; 5- Crescer e evoluir juntos; e 6- Fazer acontecer) (VALE, 2017).

No caso brasileiro, embora não exclusivamente, o campo do DS e da *mineração sustentável* se articula com a chamada *Responsabilidade Social Empresarial* (RSE). A RSE também surge (assim como o DS) como um conceito global que, neste caso, combina a chamada "filantropia empresarial" com uma ideia, mais geral, sobre a responsabilidade das empresas em relação ao impacto social e ambiental que geram suas atividades. Este outro modelo de ação empresarial, que surgiu em 1999 durante o Fórum Econômico de Davos, tem sido proposto por e para as grandes empresas que operam em contextos de grande diversidade, de forte competição internacional e, principalmente, de crescente exposição à opinião pública. Em uma economia cada vez mais globalizada, as empresas passam a buscar um diferencial para alcançar novos mercados nos países industrializados; mercados que, na visão de Haroldo Mattos de Lemos, estão compostos por "consumidores mais exigentes em relação às questões da sustentabilidade global". Essa demanda levou, dentre outros, ao desenvolvimento de *indicadores de sustentabilidade* e ao lançamento, em 1994, na Bolsa de Nova Iorque, do índice Dow Jones de Sustentabilidade - *Down Jones Sustainability Index* - DJSI; (LEMOS, 2013, p.119-20).

Na mesma direção do que venho argumentando, a antropóloga Déborah Bronz demonstra na sua tese de doutoramento como as preocupações ambientais e sociais - hoje consideradas requisitos para os financiamentos dos bancos nacionais e multilaterais de desenvolvimento, e para a valorização do capital das empresas nos mercados de ações - se traduziram nos "pressupostos morais da nova ética empresarial da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável" (BRONZ, 2011, p.46).

Para concluir este item, interessa transcrever as palavras de Cappellin e Giuliani (2006) sobre as práticas ambientais das empresas no Brasil, na medida em que elas se aplicam perfeitamente ao setor de mineração que venho

descrevendo:

Os empresários brasileiros têm uma interpretação peculiar sobre o conceito de sustentabilidade: o que deve ser sustentável é o desenvolvimento econômico das empresas - para tanto, o tratamento correto das questões ecológicas pode contribuir seja para o aumento da produtividade, seja para melhorar a imagem pública da firma. Dentro dessa ótica, a decisão final acerca da qualidade ou intensidade do compromisso ecológico da empresa depende da sua situação de mercado. Na opinião dos empresários brasileiros, a preservação do meio ambiente só é sustentável se houver lucro econômico. Em outras palavras, uma prática ambiental que não se sustente economicamente, não é uma prática sustentável. (CAPELLIN E GIULIANI, 2006, p.62)

Considerações finais

Acredito que a mineração em grande escala pode vir a ser *responsável*, mas nunca será *sustentável*, e isto - como pretendi argumentar ao longo deste trabalho - porque na essência do conceito de DS que proponho resgatar se encontra como dimensão central (e ética) a *finitude da natureza*. Quando as empresas de mineração falam em meio ambiente e cuidado da natureza é para se referirem a um âmbito de práticas

e ações que nada têm a ver com a atividade da mineração na sua dimensão extrativista. O campo do DS das empresas mineradoras é o dos projetos de educação ambiental, do reflorestamento, da criação de tartarugas; da edição de guias de turismo ecológico, etc. Sobre os minérios que extraem e a água que se consome, nada... O processo alquímico se completou.

REFERÊNCIAS

- BRONZ, Deborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental. 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- CAPELLIN, Paola GIULIANI, Gian Mario. A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil: as dimensões social e ambiental. UNRISD / Tecnologia, Empresas e Sociedade, Estudo número 14. 2006.
- IIED e WBCSD. Abrindo Novos Caminhos: Minerais e Desenvolvimento Sustentável - Sumário Executivo. Stevenhage: Earthprint. 2002.
- IIED. International Institute for Environment and Development (IIED), Proyecto "Abriendo brechas. Minería, Minerales y Desarrollo Sustentable (MMSD)". 2002.
- KIRSCH, Stuart. "Sustainable Mining". *Dialect Anthropol* (2010) 34. University of Michigan. 2009. pp.87-93.
- LEMOS, Haroldo Mattos de. Responsabilidade Socioambiental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- MME- Ministério de Minas e Energia o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração. Agosto de 2017. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html)

[brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html).

PNUD - Imprensa. Ministério de Minas e Energia e PNUD lançam relatório "Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração. 23/ago/2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/08/23/minist-rio-de-minas-e-energia-e-pnud-lan-am-relat-rio-atlas-mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent-vel-na-minera-o-.html>.

SCOTTO, Gabriela. "Discursos globais e produção social do local: o desenvolvimento sustentável e a mineração responsável como prática discursiva e modelo para a ação empresarial". In: LOPES, José R. et.al. (orgs.). Políticas culturais e ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas. Porto Alegre: CirKula, 2016. pp.125-146.

SCOTTO, Gabriela, CARVALHO, Isabel C. de Moura, e GUIMARÃES, Leandro B. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes. 2007.

VALE. Sobre a Vale, Missão. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx>. Acesso em 5 de novembro de 2017.

WHITMORE, Andy. The emperor's new clothes: sustainable mining? *Journal of Cleaner Production*, v. 14, 2006. pp. 309-314.

NOTAS

1 - O ICMM está sediado em Londres, Inglaterra, e, na atualidade, reúne aproximadamente 20 das maiores empresas de mineração do mundo. Seu objetivo, conforme apresentado na página da web do próprio Conselho, é "aprimorar as formas como atuam as companhias do setor. Para isso, o ICMM desenvolve "parcerias" com diversas instituições, como organizações não governamentais (ONGs), organismos internacionais e academia, dentre outras. Por meio dessas parcerias, o ICMM atua em várias questões, como a mudança climática, a saúde e a segurança de comunidades, o impacto da mineração na biodiversidade, os direitos dos povos indígenas e, também, os reflexos na indústria e as consequências futuras do surgimento de novos agentes globais. A proposta é estimular as mineradoras a apreender como é possível compartilhar práticas positivas" (<http://www.icmm.com/portuguese>)

2 - Algumas das maiores empresas transnacionais mineradoras encomendaram ao Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) o

Projeto Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (Projeto MMSD, na sua sigla em inglês) com o objetivo de "entender como a exploração mineral e o setor de mineração podem contribuir com a transição global ao desenvolvimento sustentável". Essa iniciativa em âmbito mundial teve - na parte correspondente às Américas- o estudo individualizado de alguns países da região, dentre eles o Brasil. A versão brasileira do Projeto MMSD foi coordenada e executada pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). Os resultados finais do Projeto MMSD foram apresentados em um relatório cujo nome em português é "Abrindo Novos Caminhos. Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável", lançado publicamente durante a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Johannesburgo (IIED e WBCSD, 2002).

3 - É muito interessante observar como a maioria dos meios de divulgação, ao falar sobre as atividades de uma empresa, reproduz textualmente a informação e os dados produzidos pelo setor de comunicação da empresa e divulgados através desses *releases*. Isso causa uma homogeneização quase absoluta sobre a imagem que a empresa divulga de si.

Editores

Rodrigo Machado Vilani
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
José Luis Vianna da Cruz
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial

Angela Moulin Simões Penalva Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte-Fluminense - UENF
Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará - UFPA
Frédéric Jean Marie Monié
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Helder Queiroz Pinto Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Jeroen Johannes Klink
Universidade Federal do ABC - UFABC
João Figueira de Sousa
Universidade Nova de Lisboa - UNL
João José de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
José Gutman
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
Lia Valls
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Luciano Dias Losekann
Universidade Federal Fluminense - UFF
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez
Universidade Federal do Pará - UFPA
Marília Steinberger
Universidade de Brasília - UnB
Paulo Gusmão
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Rodrigo Anido Lira
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Rodrigo Valente Serra
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ
Rosana Baeninger
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Rosélia Piquet
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Silvia Gorenstein
Universidad Nacional del Sur - Argentina
Suzana Quinet de Andrade Bastos
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Vera Lucia Alves França
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Virginia Elisabeta Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Yann Fournis
Université du Québec à Rimouski - UQAR
Yves Fauré
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Editoração/ Diagramação
Briefing Marketing
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Bolsista de Iniciação Científica
Paulo Rossi Croce
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM - Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003. O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'.
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic Referências).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic Referências must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc. Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas).
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:

boletim@ucam-campos.br